



ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

1 Ata da Assembleia geral extraordinária da Associação dos Docentes da Universidade
2 Estadual do Sudoeste da Bahia - ADUSB, realizada aos vinte e um dias do mês de
3 dezembro de dois mil e dezesseis, iniciada às 14 horas e 30 minutos no auditório do
4 Módulo de Pedagogia, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no campus de
5 Itapetinga, em segunda convocação, presidida por Márcia Santos Lemos (presidente) e
6 Cleide de Lima Chaves (secretária geral), onde estiveram presentes os nove assinantes
7 da lista de presença em anexo, com a seguinte pauta aprovada: 1. Informes; 2. Caderno
8 de Textos do 36º CONGRESSO do ANDES-SN - de 23 a 28/01/2017, a realizar-se na
9 cidade Cuiabá/MT, com o tema central: Em defesa da educação pública e contra a
10 agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhador. **1. Informes.**
11 Márcia Lemos informou sobre a reunião com a SAEB para tratar acerca da ficha de
12 autorização de débito em benefício do sindicato e a dilatação do prazo para entrega dos
13 formulários até o dia 13 de janeiro de 2017. Ela também solicitou nova reunião para
14 discutir insalubridade, especialmente sobre os professores de Farmácia, que não tiveram
15 seu adicional reestabelecido ainda. **2. Caderno de Textos do 36º CONGRESSO do**
16 **ANDES-SN - de 23 a 28/01/2017, a realizar-se na cidade Cuiabá/MT, com o tema**
17 **central: Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada**
18 **dos direitos dos trabalhadores e trabalhador.** A mesa informou que a assembleia da
19 Adusb, como sempre faz, precisa se posicionar e deliberar acerca dos textos resoluções
20 propostos para o 36 Congresso do ANDES-SN e que os(as) delegados(as), eleitos(as)
21 em assembleia, devem se posicionar de acordo com as decisões da categoria. A
22 assembleia leu os TRs, fez os destaques e votou. Sobre o TR 1, "A conjuntura e os
23 desafios para o ANDES-SN", Sérgio Barroso propôs aprovar e incluir a intensificação
24 dos esforços para realizar o ENCLAT e construir a greve geral, por meio da CSP-
25 CONLUTAS, conforme encaminhado no 61º CONAD, com as seguintes observações:
26 1) no último CONAD (61º, item 4.3 do TR 11, pág. 28 do relatório), ficou aprovado
27 que o GTPFS iria debater a questão do ENCLAT e que este Congresso (36º) iria
28 deliberar sobre o tema; 2) Também no último CONAD, foi aprovado o item 5 do TR 11,
29 "Atuar na construção de uma greve geral contra a retirada de direitos da classe
30 trabalhadora, intensificando, junto à CSP-CONLUTAS e Espaço Unidade de Ação, a
31 articulação e as lutas com as demais centrais sindicais e outras entidades e organizações
32 sindicais e populares". O TR foi aprovado com os destaques acima. O TR 3, "Os
33 Deuses do Olimpo e os "Pecados" castigado dos humanos na terra", foi rejeitado. Para o
34 TR 5, "Construir uma frente única em defesa da vida dos explorados! Responder aos
35 ataques com independência de classe! abaixo o governo golpista de Temer!", a
36 assembleia sugeriu compatibilizar o TR1 e o TR5. O TR 9, "Intensificação das
37 contrarreformas do governo golpista e construção da unidade classista para esse
38 enfrentamento", foi rejeitado pela assembleia, considerando que parte do TR está
39 contemplada nos TRs 1 e 5 e não há acordo sobre a mudança do regime político. O TR

Cleide

40 10, “Colocar no centro a luta contra o governo golpista e suas medidas, fortalecendo o
41 caminho da greve geral”, foi rejeitado pela Adusb, que sugere que o tema da greve geral
42 seja incluído no TR1 ou TR5. O TR 11, “Política de Formação Sindical”, foi aprovado e
43 a Adusb recomenda que onde aparecer o termo PEC seja substituído por Emenda
44 Constitucional 55. O TR 12, “Política Educacional”, foi aprovado. O TR 13, “Política
45 de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual”, foi
46 aprovado com sugestões de alteração, especialmente no item 6, onde devem ser
47 incluídas todas as “práticas de opressões de gênero, étnico-racial e da diversidade sexual
48 em suas diversas dimensões nas universidades, com intuito de denunciar e também
49 gerar ações militantes”. Nesse TR, a Adusb também recomenda: “1. Que as seções
50 sindicais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas a garantia, em reuniões
51 e atividades sindicais, com duração superior a um dia fora do domicílio da/o Diretora/o,
52 o auxílio – creche com a inclusão de meia diária como suporte”. O TR 14, “Política de
53 Comunicação e Arte”, foi aprovado pela Assembleia, com alterações gramaticais. O TR
54 15, “Comissão da Verdade do ANDES-SN: a luta pela memória, reparação e justiça”,
55 foi aprovado pela Adusb. O TR 16, “Política Agrária, Urbana e Ambiental”, foi
56 aprovado com sugestões de alteração na redação. O TR 17, “Políticas e ações para
57 Ciência e Tecnologia”, foi aprovado. O TR 18, “Política de Seguridade Social e
58 Assuntos de Aposentadoria”, foi aprovado, com as seguintes inclusões sublinhadas: “1.
59 Acompanhar o trâmite da ação jurídica do ANDES-SN e das demais entidades dos
60 servidores públicos federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição
61 automática ao FUNPRESP (Lei nº 13.183/2015) e dar divulgação. Que as seções
62 sindicais do IEES/IMES encaminhem iniciativas semelhantes nos Estados e municípios
63 para providências jurídicas da AJN”. O TR 19, “Perdas salariais implantadas nos
64 últimos três governos contra professores aposentados das IFES,” deve ser remetido para
65 o plano de lutas das IFES. O TR 20, “ANDES-SN: classista e democrático”, foi
66 rejeitado pela Adusb, com o argumento de que o Andes já se constitui num sindicato
67 que organizado pela base. O TR 21, “Educação de qualidade não se faz com mordança”,
68 foi rejeitado porque já está contemplado no TR 12. O TR 22, “Privatizar não é a
69 solução”, a assembleia aprovou, substituindo o texto “1. intensa campanha nos estados
70 denunciando o projeto privatista da educação por parte dos governos” por esse texto
71 modificado: “1. Que a direção do ANDES-SN, por meio de suas seções sindicais,
72 realize uma campanha denunciando o projeto privatista de educação por parte dos
73 governos federal, estaduais e municipais”. No TR 23, “Plano de lutas do setor das
74 IEES/IMES”, deve ser corrigida a numeração, pois faltam os itens 21 e 22. A
75 assembleia aprova a supressão do n.26, pois está contemplado no TR13 e a aprovação
76 do TR com as alterações nos números 9, 13 e 28. Para o TR 24, “Plano de lutas do setor
77 das IFES”, a assembleia deliberou por liberar os delegados para se posicionarem, desde
78 que sigam os princípios defendidos pelo Sindicato Nacional. Do Tema IV, os TRs 25 a
79 32, foram aprovados e o TR 34 foi rejeitado pela assembleia. Nada mais havendo a
80 tratar, às 20 horas, eu, Cleide de Lima Chaves, secretária geral, lavro esta ata que será
81 assinada por mim e pela presidente Márcia Santos Lemos.

82 Cleide de Lima Chaves
83 Márcia Santos Lemos